

## UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAL NO BRASIL

Gisele Semcovici

As políticas sociais se generalizaram do capitalismo concorrencial para o monopolista numa fase tardia após a Segunda Guerra Mundial. Elas nasceram num cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, pois advêm das lutas de classe. Num Brasil atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/ cooptação, onde a classe dominante nunca teve compromisso democrático e redistributivo e as articulações com o Estado eram somente para beneficiar-se, percebem-se medidas esparsas e frágeis de proteção social no Brasil até a década de 30. Nessa mesma perspectiva temos o patrimonialismo e o clientelismo.

O clientelismo que vem desde a colonização do Brasil, no qual a troca não acontecia somente entre os políticos e os pobres (eleitores), mas também entre os ricos - donos de terras, esse favor não seria um favor dos ricos em relação aos pobres, segundo a ideologia católica pregava e que era forte no país, era mais um favor como uma obrigação moral, para ter credibilidade, respeito e apoio. Até mesmo a Assistência Social era vista como uma ética religiosa de proteção dos pobres pelos ricos. O patrimonialismo surgiu neste mesmo contexto, o da colonização, e se apresenta como um governo pouco democrático com a não distinção entre os limites do público e do privado. Isso quer dizer que o próprio Estado acaba se tornando patrimônio do seu governante e manipulado em prol da promoção de favores pessoais, como: dinheiro público voltado a benfeitorias em propriedades particulares; concessão de favores pessoais em troca de lealdade nas eleições e até ameaça do princípio de que “todos somos iguais perante a lei”.

Até 1887 não havia registro de nenhuma legislação social. No ano de 1888 há a criação de uma Caixa de Socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categoria de instituições de direito que serão a tônica da proteção social brasileira até os anos 60, do século XX. Em 1889, os funcionários da imprensa nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e quinze dias de férias, tais direitos se estenderam para os funcionários do Ministério da Fazenda no ano seguinte. Em 1891 tem-se a primeira

legislação para a assistência à infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil. Em 1892 os funcionários da Marinha adquirem o direito à pensão. Apesar dessas legislações sociais terem existido, algumas não saíram do papel, como o caso da regulamentação do trabalho infantil. Muitas crianças ainda morriam nos chão de fábrica por ineficiência da lei.

No século XX foram formados os primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais, em 1903, dos demais trabalhadores urbanos. A partir de 1907 é reconhecido o direito de organização sindical, esse processo se dá sob forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos socialistas europeus para o país. Em consequência dessas pressões por parte dos trabalhadores, em 1911, se reduz legalmente a jornada de trabalho para doze horas diárias, mais uma vez a lei não foi assegurada aos trabalhadores. Em 1919 regulamenta-se a questão dos acidentes de trabalho no Brasil, mas a pessoa passava por um inquérito policial, o qual praticamente obrigava o trabalhador a confessar ser sua culpa do acontecido e não devido às más condições de trabalho.

O ano de 1923 nos permite compreender o formato da política social brasileira no período subsequente. Aprova-se a Lei Eloy Chaves, que instituiu a obrigatoriedade de criação de caixas de aposentadoria e pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, como os marítimos e ferroviários. Isto porque a base da economia era a monocultura do café voltada para a exportação e estes trabalhadores estavam envolvidos neste processo.

Em 1927 foi aprovado o famoso Código de Menores, de conteúdo punitivo da chamada delinquência juvenil. A orientação só veio a ser modificada em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

De 1930 a 1964 temos o período chamado “mobilização controlada”. Os problemas dos cidadãos só passaram a configurar como questão social no curso da introdução da sociedade capitalista, como a Revolução Francesa, resultante da relação capital X trabalho.

O modo de produção capitalista introduziu novas formas de relação societárias, tais como: aceleração do processo de urbanização; agravamento dos problemas sociais; acirramento das desigualdades sociais; aumento da pobreza; exploração do trabalho de jovens e crianças; precarização das condições de habitação, saúde, etc.

Todas essas consequências percebidas e vividas nesta época se arrastam até os dias de hoje, o mais grave é que as pessoas não recebem parte da riqueza socialmente produzida no país, a qual está concentrada nas mãos de poucos.

E para fazermos uma boa análise das políticas sociais devemos considerar o movimento do capital, os movimentos sociais, as conjunturas econômicas e políticas. Dentro desta análise as políticas assumem funções

ideológicas como discriminatórias, de rotulação e seletivas, pois atendem a determinados grupos de pessoas. As políticas sociais eram concedidas para minimizar os efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista.

Essa ideologia é marcante na Era Vargas, em especial na década de 30, quando o Estado começa a ter participação marcante na regulação da economia favorecer o crescimento do país. O regime populista conseguiu convencer, com o seu discurso de melhorar a economia do país, uma grande parte dos trabalhadores a não seguir a oposição que buscava mudanças profundas na sociedade.

O Brasil apresentava uma sociedade urbana industrial bem desenvolvida. O Estado era autoritário e concentrava o poder em suas mãos. Contudo, a partir da década de 64 até meados de 70, com a instauração da Ditadura Militar, inicia-se uma fase de grandes mudanças, principalmente na estrutura institucional e financeira das políticas sociais.

O modelo de política social dos governos militares perdeu o caráter populista e assumiu duas fases: a compensatória (aplicação de políticas assistencialistas na tentativa de diminuir os impactos da desigualdade) e a produtiva: que são políticas voltadas para a contribuição, para incentivar o desenvolvimento do país. Esta fase era um conjunto de ações sociais para minimizar os efeitos negativos advindos da acumulação capitalista.

O período de 70 ao final de 80 é marcado por tipos meritocráticos de políticas sociais reforçando as desigualdades sociais reduzidas a programas assistenciais com patamares mínimos.

Com o fim da Ditadura Militar e o começo da Nova República aconteceram grandes avanços na política social, contudo a crise econômica, o uso eleitoral das políticas sociais e a falta de apoio político causaram retração e desmantelamento das políticas sociais, afetando a motivação para trabalhar na área social. O período de 1985 a 1988 foi marcado pela crítica à centralização institucional e financeira do sistema vivido desde a Ditadura. A Constituição de 88 trouxe grandes conquistas no campo trabalhista e na seguridade social.

Na década de 90 acontece a descentralização das políticas sociais, o que levou à desresponsabilização do Estado frente as suas obrigações. Assim, as políticas sociais são repassadas através de critérios particularistas limitando a quantidade de beneficiários e diminuindo os gastos com a área social. O Estado como interventor das políticas acaba por favorecer o capital, incentivando as privatizações, deixando assim que as políticas sociais sejam determinadas por aqueles que têm o poder econômico nas mãos. Desta forma,

as políticas sociais no Brasil acabam assumindo uma função focalista, enfatizando a carência e não o direito de cidadão.

Tais características advêm do modelo que comanda nosso país: é a dinâmica neoliberal, permitindo que as políticas sociais atendam a grupos restritos da população com caráter emergencial e não de direitos, excluindo a cada dia a justiça social aos pobres, o retorno às antigas práticas de caridade exercidas na época da Ditadura Militar, e com isso o Estado se exime a cada dia das suas obrigações.

Enquanto isso o Serviço Social luta a cada dia pela igualdade de direitos, pelo fortalecimento da cidadania da classe trabalhadora, buscando sempre defender princípios como: a socialização da política e o fortalecimento de instituições verdadeiramente democráticas, que assumem a organização autônoma da classe trabalhadora e o fortalecimento dos movimentos sociais; valores éticos em defesa do coletivo e da equidade; posicionamento contrário à toda forma de exploração, opressão e violência contra a mulher, criança e adolescentes, pessoa idosa, pessoa com deficiência e contra toda forma de expressão de homofobia e restrição da liberdade de orientação sexual; uma política econômica a serviço do crescimento e da redistribuição da riqueza socialmente produzida, e de uma política tributária redistributiva, que onere mais o capital e menos o trabalho; uma ampla reforma agrária; o direito ao trabalho com qualidade e emprego para todos, sem discriminação; a luta pela ampliação dos salários e rendimentos do trabalho; pela universalização da seguridade social; em defesa da educação laica, pública, presencial e universal em todos os níveis.

Essas e outras serão sempre buscas incessantes para garantir igualdade entre os homens, sem que uns sejam mais explorados que outros e recebem insignificamente por essa exploração.

#### **Referencia:**

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: As funções da Previdência e da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **O Estado e as Políticas Sociais brasileiras**. VIII Congresso Internacional da CLAD, 2003.